



EDP Transmissão SP-MG S.A.

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

EDP Transmissão SP-MG S.A.

Linhares - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da EDP Transmissão SP-MG S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da EDP Transmissão SP-MG S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.



Valorização de ativos de contrato (Consulte a nota explicativa 10 às demonstrações financeiras)

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2019, ativos de contrato enquadrados no CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15) relacionados aos investimentos realizados na infraestrutura das linhas de transmissão acrescidos das respectivas margens de construção, margem de O&M e receita financeira no montante de R\$ 1.083.800 mil. Os quais requerem um alto grau de julgamento para avaliação quanto ao reconhecimento do ativo de contrato e da receita para a Companhia. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação da metodologia de cálculo utilizada pela Companhia para mensuração de ativos de contrato, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, incluindo as principais premissas utilizadas tais como taxa de financiamento, margem de construção e margem de O&M. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, ainda, a inspeção documental, em base amostral, das transações que resultaram em adições de ativos de contrato da Companhia ocorridas durante o exercício. Avaliamos também as divulgações da Companhia em suas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que os saldos de ativos de contrato, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não ser requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia .
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia . Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

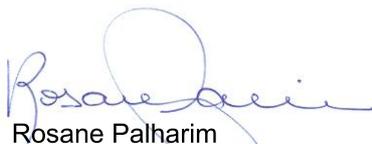
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais o significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6


Rosane Palharim
Contadora CRC 1SP220280/O-9


Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRG 1SP245014/O-2

EDP TRANSMISSÃO SP-MG S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
(Em milhares de reais)



ATIVO	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	413.449	822
Outros tributos compensáveis	7	803	24
Outros créditos	11	351	354
Total do Ativo Circulante		414.603	1.200
Não circulante			
Outros tributos compensáveis	7	1.253	
Depósitos vinculados	16	31.095	
Ativos da concessão	10	1.083.800	42.920
Outros créditos	11	793	1.095
		1.116.941	44.015
Imobilizado	11.2	33	
		33	-
Total do Ativo Não circulante		1.116.974	44.015
TOTAL DO ATIVO		1.531.577	45.215
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	12	138.135	429
Outros tributos a recolher	7	7.619	152
Dividendos	13	15.205	183
Debêntures	14	268.508	
Empréstimos e financiamentos	15	67.522	
Provisões	16	18.549	
Outras contas a pagar	11	5.176	452
Total do Passivo Circulante		520.714	1.216
Não circulante			
PIS e COFINS diferidos	8	100.252	100.252
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	8	33.610	(95.691)
Debêntures	14	761.535	
Empréstimos e financiamentos	15		5.827
Adiantamento para futuro aumento de capital	9.1		18.000
Provisões	16	32.750	
Outras contas a pagar	11	127	23
Total do Passivo Não circulante		928.274	28.411
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	17.1	33.001	15.001
Reservas de lucros	17.3	49.588	587
Total do Patrimônio líquido		82.589	15.588
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.531.577	45.215

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP TRANSMISSÃO SP-MG S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas	18	944.598	31.885
Custos			
Custo de construção da infraestrutura da concessão	19	(844.162)	(28.801)
		<u>(844.162)</u>	<u>(28.801)</u>
Lucro bruto		<u>100.436</u>	<u>3.084</u>
Despesas e Receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	20	(2.992)	(1.575)
Outras despesas e receitas operacionais		902	
		<u>(2.090)</u>	<u>(1.575)</u>
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos		<u>98.346</u>	<u>1.509</u>
Resultado financeiro	21		
Receitas financeiras		257	99
Despesas financeiras		(1.561)	
		<u>(1.304)</u>	<u>99</u>
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		<u>97.042</u>	<u>1.608</u>
Tributos sobre o lucro	22		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(33.019)	(591)
		<u>(33.019)</u>	<u>(591)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>64.023</u>	<u>1.017</u>
Resultado por ação atribuível aos acionistas	23		
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)			
ON		2,37113	0,10169

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP TRANSMISSÃO SP-MG S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	64.023	1.017
Resultado abrangente do exercício	<u><u>64.023</u></u>	<u><u>1.017</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP TRANSMISSÃO SP-MG S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)



	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1	-	(247)	(246)
Aumento de capital - AGO de 25/04/2018	15.000			15.000
Lucro líquido do exercício			1.017	1.017
Destinação do lucro				-
Constituição de reserva legal		38	(38)	-
Dividendos mínimos obrigatórios			(183)	(183)
Lucro do exercício a deliberar		549	(549)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	15.001	587	-	15.588

	Capital social	Reservas de lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	15.001	587	-	15.588
Aumento de capital - AGO de 29/04/2019	18.000			18.000
Reversão de dividendos		183		183
Lucro líquido do exercício			64.023	64.023
Destinação do lucro				-
Constituição de reserva legal		3.201	(3.201)	-
Dividendos complementares			(15.205)	(15.205)
Lucro do exercício a deliberar		45.617	(45.617)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	33.001	49.588	-	82.589

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP TRANSMISSÃO SP-MG S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		97.042	1.608
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Tributos diferidos		96.282	3.250
Remuneração dos Ativos da concessão		(48.746)	(2.312)
Margem na construção		(147.972)	(4.018)
Depreciações e amortizações		32	
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		9	
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		80	
Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP		11	
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		123	
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(349)	
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		2	
		<u>(3.486)</u>	<u>(1.472)</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Outros tributos compensáveis		(2.034)	(22)
Estoques		(16)	
Depósitos vinculados		(30.746)	
Outros ativos operacionais		321	305
		<u>(32.475)</u>	<u>283</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		31.301	(5.148)
Outros tributos a recolher		7.467	123
Obrigações Sociais e Trabalhistas		147	351
Provisões		(2.513)	
Outros passivos operacionais		4.626	(486)
		<u>41.028</u>	<u>(5.160)</u>
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		<u>5.067</u>	<u>(6.349)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições aos Ativos da concessão		(644.455)	(28.777)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(644.455)</u>	<u>(28.777)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Adiantamento para futuro aumento de capital			18.000
Aumento de capital social			5.000
Captação de empréstimos e financiamentos		1.052.045	5.822
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(30)	
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	25.1	<u>1.052.015</u>	<u>28.822</u>
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>412.627</u>	<u>(6.304)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		413.449	822
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		822	7.126
		<u>412.627</u>	<u>(6.304)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP TRANSMISSÃO SP-MG S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais)



	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Geração do valor adicionado	1.063.717	35.159
Receita com construção da infraestrutura	992.134	32.561
Remuneração dos Ativos da concessão	48.746	2.574
Outras Receitas	22.837	24
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(845.188)	(28.973)
Materiais	(30)	(1)
Serviços de terceiros	(934)	(160)
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(844.162)	(28.801)
Outros custos operacionais	(62)	(11)
Valor adicionado bruto	218.529	6.186
Retenções		
Depreciações e amortizações	(32)	
Valor adicionado líquido produzido	218.497	6.186
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	17.969	124
Valor adicionado total a distribuir	236.466	6.310
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	735	1.121
Benefícios	81	93
FGTS	56	302
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	130.264	3.720
Estaduais	99	1
Municipais	2	
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	41.200	26
Aluguéis	6	30
Remuneração de capital próprio		
Dividendos	15.205	183
	187.648	5.476
Lucros retidos	48.818	834
	236.466	6.310

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nota explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



1 Contexto operacional

A EDP Transmissão SP-MG S.A. (Companhia ou EDP Transmissão SP-MG), sociedade anônima de capital fechado, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de Linhares, no Estado do Espírito Santo, foi constituída em 12 de maio de 2017, conforme Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações. A Companhia tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essa atividade e, ainda, a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

A Companhia encontra-se em fase pré operacional de construção de sua linha de transmissão e tem previsão de entrada em operação comercial em 11 de agosto de 2022, conforme contrato de concessão.

2 Concessão

Em 24 de abril de 2017 a EDP - Energias do Brasil arrematou o lote 18 do Leilão de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 05/16, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O lote é composto por uma linha de transmissão de 375 km, iniciada no município de Ibiraci no Estado de Minas Gerais e atravessando o Estado de São Paulo até o município de Cachoeira Paulista.

A EDP - Energias do Brasil definiu que a Companhia seria a Sociedade de Propósito Específico - SPE detentora da concessão e, em 11 de agosto de 2017, a Companhia assinou junto à União o Contrato de Concessão nº 36/2017 com as seguintes características:

Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da Linha	Início	Término	Prorrogação
375 Km	Serviço Público	Concessão	SP/MG	LT 500 kV	11/08/2017	11/08/2047	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente

O contrato apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e assegura a Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação do empreendimento.

2.1 Receita Anual Permitida - RAP

O Contrato de Concessão estabelece que a Companhia, pela prestação de serviço público de transmissão, tem direito de receber o pagamento da RAP de R\$205.200 a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP não inclui o montante necessário à cobertura do PIS e da COFINS e tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão e os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A RAP, de acordo com o contrato de concessão, terá revisão em intervalos periódicos de 5 anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à assinatura do mesmo, observando-se os parâmetros regulatórios (que incluem estrutura de capital próprio e de terceiros, operação e manutenção, taxa média anual de depreciação, entre outros índices) e a regulamentação específica.

2.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

3 Licenças ambientais

O órgão responsável pelas licenças ambientais da Companhia é o IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

Conforme cronograma do contrato de concessão, a Companhia apresenta os seguintes prazos para a obtenção das licenças ambientais requeridas para a construção e operação do empreendimento:

- Licença Prévia - LP: até 28 de fevereiro de 2019 - Obtida antecipadamente em 16 de julho de 2019.
- Licença de Instalação - LI: até 11 de fevereiro de 2020 - Obtida antecipadamente em 15 de outubro de 2019.
- Licença de Operação - LO: até 11 de agosto de 2022

Adicionalmente, para que seja possível a obtenção dessas Licenças, são também necessárias outras licenças e autorizações específicas de órgãos intervenientes.

4 Base de preparação

4.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 17 de janeiro de 2020. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

4.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

4.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 24.1.1.

4.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 4.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise da redução ao valor recuperável (Nota 4.6); Realização dos tributos diferidos (Nota 8); Determinação dos Ativos da concessão (Nota 10); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 24.1.2.1).

4.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativos financeiros e contratuais

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

4.7 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, conseqüentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, e que foram devidamente adotadas pela Companhia. A relação destas normas e seus respectivos impactos, estão descritos abaixo:

Número/ Descrição	Correlação IASB	Natureza	Data Publicação (Brasil)	Obrigatoriedade de adoção	Impactos Contábeis	Método de Adoção
CPC 06 (R2) – Arrendamentos (Nota 4.7.1)	IFRS 16	Pronunciamento	21/12/2017	01/01/2019	Sem impactos relevantes	Retrospectiva com efeito cumulativo
CPC 42 – Contabilidade em Economia Hiperinflacionária	IAS 29	Pronunciamento	21/12/2018	(*)	Sem impactos	Não aplicável sua adoção
ICPC 23 - Aplicação da Abordagem de Atualização Monetária Prevista no CPC 42	IFRIC 7	Interpretação	21/12/2018	(*)	Sem impactos	Não aplicável sua adoção
ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (Nota 4.7.2)	IFRIC 23	Interpretação	21/12/2018	01/01/2019	Sem impactos relevantes	Sem impactos relevantes da adoção para os exercícios
Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 13/18 (Nota 4.7.3)		Revisão Diversos CPCs	01/11/2018	01/01/2019	Sem impactos	Sem impactos da adoção para os exercícios
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (Conceptual Framework) (Nota 4.7.4)	Conceptual Framework	Estrutura Conceitual	10/12/2019	01/01/2020	Sem impactos	Sem impactos da adoção para os exercícios

(*) obrigatória somente quando do enquadramento da moeda funcional utilizada pela entidade no alcance de economia hiperinflacionária apresentada pelo pronunciamento CPC 42.

4.7.1 CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento

Em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2), em correlação à norma IFRS 16, que introduziu novas regras para as operações de arrendamento. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2), em geral, foi aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019 e substituiu o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento (IAS 17) e correspondentes interpretações.

Esta norma impactou o registro das operações de arrendamento operacional que a Companhia possui em aberto. Nos casos em que a Companhia é arrendatária, a mesma reconheceu: (i) pelo direito de uso do objeto dos arrendamentos, um ativo; (ii) pelos pagamentos estabelecidos nos contratos, trazidos a valor presente, um passivo; (iii) despesas com depreciação dos ativos; e (iv) despesas financeiras com os juros sobre obrigações do arrendamento. Em contrapartida, a Companhia deixou de registrar no resultado os gastos relativos à alugueis e arrendamentos enquadrados no CPC 06 (R2).

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2), utilizando o expediente prático C8 (b) (ii), a partir de 1º de janeiro de 2019 retrospectivamente, com efeito cumulativo, ou seja, o efeito da adoção foi reconhecido nos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. Assim sendo, a Companhia não adotou o expediente prático que a isentaria de aplicar o novo pronunciamento para contratos que anteriormente estavam no alcance CPC 06 (R1).

A Companhia não identificou impactos significativos na adoção deste pronunciamento. Os montantes registrados encontram-se demonstrados na nota 10.

4.7.2 ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em dezembro de 2018 foi emitido o ICPC 22, em correlação à norma IFRIC 23, que procura esclarecer como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias.

Nota explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



A Interpretação determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido.

Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Administração da Companhia conclui que seja provável que as mesmas sejam contempladas na jurisprudência tributária sendo que, por essa razão, a Administração da Companhia entende que esta interpretação não gerou efeitos relevantes nestas demonstrações financeiras.

4.7.3 Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 13/18

O documento estabelece alterações a Interpretações e Pronunciamentos Técnicos, principalmente, em relação a: (i) Alterações em diversos CPC's em função da edição do CPC 06 (R2); (ii) Alterações em participações de longo prazo em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto; (iii) Modificações no CPC 33 (R1) em decorrência de alteração, redução ou liquidação de planos de benefícios a empregados; e (iv) Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo de Melhorias 2015 – 2017. A Companhia não identificou impactos significativos decorrentes das alterações destes normativos.

4.7.4 CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

Em março de 2018, diante das muitas alterações passadas feitas em diversas normas e interpretações, o IASB revisou a "Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro" (Conceptual Framework), conhecida no Brasil como Pronunciamento Técnico CPC 00. Diante dessa revisão pelo Comitê Internacional, no Brasil o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em 1º de novembro de 2019, conforme as disposições da Resolução CFC n.º 1.055/05 e alterações posteriores, aprovou o CPC 00 (R2), tornando pública sua aplicação no país.

Apesar da Estrutura Conceitual não ser um pronunciamento propriamente dito, sendo que nada contido nela se sobrepõe a qualquer pronunciamento ou qualquer requisito em pronunciamento, para o Grupo é notória a importância de sua avaliação e divulgação de suas revisões, uma vez que a mesma é utilizada como base para reconhecimento contábil, conforme previsto no CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis (em correlação IAS 1). Ademais, sua importância se fundamenta também em seus seguintes objetivos práticos, a saber: nortear o desenvolvimento de normas futuras; auxiliar os preparadores das demonstrações financeiras a desenvolver políticas contábeis consistentes (quando nenhum outro pronunciamento se aplica à determinada transação ou outro evento, ou quando o pronunciamento permite uma escolha de política contábil); e auxiliar todos os usuários e preparadores a entender e interpretar os Pronunciamentos.

Conforme mencionado, as principais mudanças trazidas pela revisão se concentraram em atualizar a estrutura perante as normas emitidas pelo Comitê nos últimos anos, sendo as principais: (i) objetivo do relatório financeiro, que passa a ser o de fornecer informações úteis para a tomada de decisões de alocação de recursos, (ii) inclusão do conceito de prudência (definida como o exercício de cautela ao fazer julgamentos em condições de incerteza), como componente da neutralidade, (iii) definição da entidade que reporta, que pode ser tanto uma entidade legal, quanto também uma parte dela, e (iv) revisão das definições de ativo e passivo.

Conforme as decisões do Comitê Internacional, sua aplicação e efetividade são imediatas para àqueles que desenvolvem as normas (IASB e IFRS Interpretations Committee), mas somente requerida para os preparadores das demonstrações a partir de 1º de janeiro de 2020. A Administração da Companhia avaliou a nova estrutura conceitual e não espera que sua adoção cause impactos materiais nas Demonstrações Financeiras.

5 Eventos significativos no exercício

5.1 Liberações e captações de recursos

Durante o exercício de 2019 a Companhia obteve os seguintes recursos:

Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
Debêntures - 1ª Emissão	jan/19	jun/20	250.000	CDI + 0,2%	Implantação do Projeto
Debêntures - 2ª Emissão	ago/19	jul/39	800.000	IPCA + 4,45% a.a.	
	jan/19	nov/20	300	IPCA + 4,45% a.a.	
	jul/19	nov/20	17.000	IPCA + 4,45% a.a.	Contratos de mútuo
EDP - Energias do Brasil S.A. (Liberação)	jul/19	nov/20	4.000	IPCA + 4,45% a.a.	
	jul/19	nov/20	4.000	IPCA + 4,45% a.a.	
	ago/19	nov/20	2.000	IPCA + 4,45% a.a.	
	ago/19	nov/20	32.000	IPCA + 4,45% a.a.	
			<u>1.109.300</u>		

6 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Bancos conta movimento	2.052	822
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	411.397	822
Total	<u>413.449</u>	<u>822</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras estão remuneradas a taxas que variam entre 96% a 100,2% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por rating de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia à riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 24.

7 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Saldo em 31/12/2018	Adição	Atualização monetária	Adianta- mentos / Pagamentos	Saldo em 31/12/2019
Ativos compensáveis					
Outros tributos compensáveis					
IRRF sobre aplicações financeiras	24	2.020			2.044
Outros	-	12			12
Total	24	2.032	-	-	2.056
Circulante	24				803
Não Circulante	-				1.253
Passivos a recolher					
Outros tributos a recolher					
ICMS	-	15.494	2	(8.860)	6.636
PIS e COFINS	-	821		(736)	85
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	122	5.474		(4.791)	805
Encargos com pessoal	30	92		(29)	93
Total Circulante	152	21.881	2	(14.416)	7.619

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

A Companhia, conforme publicação do Diário Oficial de 3 de janeiro de 2018, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI devido aos projetos aprovados de infraestrutura de construção no setor de energia. O REIDI, que foi instituído pela Lei nº 11.488/07, concede o benefício fiscal da suspensão da contribuição para o PIS, o PIS/PASEP e o COFINS (mercado interno e importação) na aquisição de bens da concessão.

8 Tributos diferidos

	Nota	Passivo	
		Não Circulante	
		31/12/2019	31/12/2018
PIS e COFINS	8.1	100.252	3.970
Imposto de renda e contribuição social	8.2	33.610	591
Total		133.862	4.561

8.1 PIS e COFINS

Refere-se a PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre a receita de construção sob a alíquota de 9,25%.

8.2 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

8.2.1 Composição

Natureza dos créditos	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	2019	2018
Diferenças Temporárias						
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	124				124	
Gastos Pré-operacionais	1.581	465			1.116	465
Atualização dos ativos da concessão			69.046	2.162	(66.884)	(1.056)
PIS e COFINS sobre ativos da concessão	33.750	1.106			32.644	
Outras	28		47		(19)	
Total diferenças temporárias	35.483	1.571	69.093	2.162	(33.019)	(591)
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(35.483)	(1.571)	(35.483)	(1.571)		
Total	-	-	33.610	591		

8.2.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual é aprovada pelo Conselho da Administração. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2020	2021	2022	2023	2024	2025 a 2027	Total Não circulante
6.797	7.113	7.113	7.072	7.072	316	35.483

Nota explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



9 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos (Nota 13) e contratos de mútuo (Nota 15) a pagar para sua Controladora, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua Controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, são apresentados como segue:

Relaciona- mento	Duração	Ativo		Passivo		Resultado	
		Não circulante		Não circulante		Operacional	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	2019	2018
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC (Nota 9.1)							
EDP - Energias do Brasil	Controladora	23/08/2017 a indeterminado		18.000			
			-	-	18.000	-	-
Outras contas a pagar (Nota 11)							
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (a)							
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/01/2015 a 31/12/2019		3		(30)	(30)
Opções de ações outorgadas da companhia (Nota 9.3.1)							
EDP - Energias do Brasil	Controladora	06/06/2019 a 05/06/2023		24		(19)	(6)
Reembolso de despesas							
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/01/2018 a 31/12/2018		14			(71)
Compartilhamento de BackOffice (b)							
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/01/2019 a 31/12/2019	10	31		(447)	
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (c)							
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/01/2019 a 31/12/2019	16	67		(179)	
Contrato de reembolso de prêmio de seguro							
EDP - Energias do Brasil	Controladora	31/03/2019				3	
			26	122	23	(672)	(107)
			26	122	18.023	(672)	(107)

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

(a) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações. Em 16 de janeiro de 2015 o Grupo EDP - Energias do Brasil solicitou à ANEEL anuência para firmar o "Contrato de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura" nas localidades: (i) Sede em São Paulo – SP, tendo como Contratada a EDP - Energias do Brasil e Contratantes a EDP Espírito Santo, EDP São Paulo e Energest; e (ii) Centro Operativo em Carapina – ES, tendo como Contratada a EDP Espírito Santo e Contratantes a Energest, EnerPrev, Santa Fé, EDP GRID, Cachoeira Caldeirão, ECE Participações e Investco. Com a alienação da Santa Fé em dezembro de 2018, a partir de 2019 a referida encontra-se excluída do compartilhamento. Em 28 de julho de 2015, por meio do Despacho nº 2.430, a ANEEL anuiu o pedido e estipulou a vigência de 48 meses a partir da data da publicação do Despacho, entretanto, a Companhia foi autorizada a realizar o compartilhamento somente a partir de agosto de 2015. Em 16 de setembro de 2015, a EDP Espírito Santo solicitou à ANEEL anuência para os Termos de Quitação e Outras Avenças, objetivando aprovar os pagamentos referentes ao período de janeiro a julho, dos Contratos de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura, uma vez que foram anuídos sem retroatividade. O pedido foi anuído pela ANEEL em 25 de abril de 2016, por meio do Despacho nº 987/16.

Adicionalmente, em agosto de 2019 foi publicada a anuência da ANEEL, através do Despacho nº 2.636/2019, celebrando contrato de compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura entre a EDP Energias do Brasil e partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Energest, EDP Transmissão, EDP Transmissão Aliança SC, EDP Transmissão MA I, EDP Transmissão MA II e EDP Transmissão SP-MG, com vigência de 29 meses, utilizando-se do critério regulatório previsto na Resolução Normativa nº 699/16.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

(b) Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *BackOffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado e Porto do Pecém.

Em 10 de dezembro de 2019 o contrato de compartilhamento de *BackOffice* foi anuído pela ANEEL, por meio do Despacho nº 3399, onde sua vigência será referente aos exercícios de 2019 a 2021 para a EDP Energias do Brasil e suas partes relacionadas: EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Porto do Pecém, EDP Transmissão, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão MA I, EDP Transmissão MA II e EDP Transmissão SP-MG. O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima, suportado por consultoria especializada independente.

Este contrato não necessita ser submetido à anuência prévia da ANEEL, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 699/16, uma vez que o reembolso do contrato negociado não supera o limite anual baseado na receita líquida da Companhia.

(c) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: o contrato possuía vigência até 31 de dezembro de 2019 e foi implementado utilizando o critério regulatório definido na Resolução Normativa ANEEL nº 699/16. O novo critério aloca os gastos com pessoal de maneira proporcional ao Ativo Imobilizado Bruto (AIB), ponderada por um fator definido para cada segmento, excluídos os gastos da holding e da comercializadora, que são compartilhados de forma preditiva.

A ANEEL se manifestou informando que não é mais necessária a anuência prévia para a celebração do termo aditivo do contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, que passa a compartilhar as despesas de pessoal entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo; EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Porto do Pecém, EDP Transmissão, EDP Transmissão Aliança SC, EDP Transmissão MA I, EDP Transmissão MA II, e EDP Transmissão SP-MG. O contrato manterá o critério de rateio regulatório conforme acima e sua nova vigência será até dezembro de 2021.

9.1 Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

A movimentação do AFAC no exercício é a seguinte:

Passivo	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	18.000
Integralização de capital social - AGOE 29/04/2019 (Nota 17.1)	(18.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-

Os AFACs não possuem qualquer tipo de remuneração, tendo a Companhia assumido o compromisso de utilizar tais valores exclusivamente na integralização de seu Capital social a ser aprovado na próxima Assembleia de aprovação do resultado anual.

9.2 Controladora direta e final

A controladora direta e final da Companhia é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP – Energias de Portugal S.A.

9.3 Remuneração dos administradores

	Diretoria Estatutária	
	2019	2018
Remuneração (a)	475	748
Benefícios de curto prazo (b)	39	26
Benefícios - Previdência Privada		4
Total	514	778

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

9.3.1 Opções de ações outorgadas da controladora

Em junho de 2018 e junho de 2019, a controladora EDP - Energias do Brasil instituiu o terceiro e o quarto planos de remuneração baseado em ações, os quais concedem outorga futura de suas ações aos seus beneficiários. Dentre os contemplados, encontram-se diretores estatutários da Companhia, sendo estimado no resultado de 2019 da mesma o montante de R\$19 (R\$6 em 2018) a ser reembolsado para a controladora no momento da outorga.

A outorga das ações será concedida quando do cumprimento de determinadas condicionantes no prazo estimado de 3 ou 5 anos a partir do início do plano.

10 Ativos da concessão

O CPC emitiu em 2009 com alterações posteriores, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 677/11.

A ICPC 01 (R1) é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Desta forma, esta interpretação é aplicável ao Contrato de Concessão da Companhia.

De acordo com a ICPC 01 (R1), os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, que são o modelo do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

• Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão.

• Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários por meio da prestação de serviço.

• Modelo bifurcado

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão, cobrados dos usuários.

A Companhia é remunerada por meio: (i) da RAP, instituída pelo Poder Concedente e cobrada dos usuário da Rede Básica, que é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das instalações de transmissão) e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão; e (ii) eventual valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão. Assim, como a remuneração independe do nível de utilização da infraestrutura, a Companhia se enquadra no modelo do ativo financeiro.

O modelo de ativo financeiro estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47.

Os ativos contratuais incluem os valores a receber referentes aos serviços de implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto vigente quando da formalização do contrato de concessão, conforme CPC 47.

No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União.

De acordo com CPC47, a avaliação de redução ao valor recuperável de ativos contratuais devem seguir os requisitos do CPC48 - Instrumentos financeiros, onde é efetuada uma análise criteriosa do saldo dos Ativos da Concessão e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. A Companhia considera que não está exposta a um elevado risco de crédito, conforme critérios detalhados na nota 24.2.3.

A movimentação no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2018	Adições (Notas 18 e 19)	Remuneração (Nota 18)	Juros Capitalizados (Nota 18)	Margem na construção (Nota 18)	PIS/COFINS (Nota 18)	Valor líquido em 31/12/2019
Ativos da concessão	42.920	821.350	48.746	22.812	51.690	96.282	1.083.800
Total Não circulante	42.920	821.350	48.746	22.812	51.690	96.282	1.083.800

O investimento total previsto para o projeto é de R\$1.290 milhões.

O saldo de R\$1.083.800 em 31 de dezembro de 2019 (R\$42.920 em 31 de dezembro de 2018) representa a conclusão de 62,8% do investimento previsto para o projeto (2,6% em 31 de dezembro de 2018), acrescido de Margem de Construção, Remuneração e PIS/COFINS.

11 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar – Passivo

Nota	Circulante		Não circulante	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Outros créditos - Ativo				
Adiantamentos		1	20	
Estoques		16		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	9		26	
Despesas pagas antecipadamente		334	767	1.095
Total		351	793	1.095
Outras contas a pagar - Passivo				
Folha de pagamento		49	39	
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	9		122	23
Arrendamentos e aluguéis	11.2	43	5	
Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.3	560	413	
Outros	11.1	4.524		
Total		5.176	452	127

Nota explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



11.1 Outros

O montante refere-se substancialmente a cheques emitidos pela Companhia por conta da desapropriação que, até a data-base, não foram descontados pelas partes interessadas.

11.2 Arrendamentos e aluguéis

Em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019 (Nota 4.7.1), a Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme demonstrado abaixo:

	Saldo em 31/12/2018	Adoção inicial CPC 06 (R2)	Adições	Pagamentos	Juros e Atualização Monetária	Transferên- cias	AVP	Baixas	Reversão	Saldo em 31/12/2019
Circulante										
Edifícios	-	23	6	(23)	4	8			(6)	12
Equipamentos de informática	-	7		(6)				(1)		-
Veículos	-	14		(1)	3	15				31
Total Circulante	-	44	6	(30)	7	23	-	(1)	(6)	43
Não circulante										
Edifícios	-	18	21			(8)	4		(30)	5
Equipamentos de informática	-	6						(6)		-
Veículos	-	15				(15)				-
	-	39	21	-	-	(23)	4	(6)	(30)	5
Total	-	83	27	(30)	7	-	4	(7)	(36)	48

Os contratos de arrendamentos e aluguéis foram registrados em contrapartida da rubrica de Imobilizado como "Ativos de direito de uso". A totalidade do saldo do Imobilizado em 31 de dezembro de 2019 de R\$33, refere-se aos ativos.

11.3 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

12 Fornecedores

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo em 31 de dezembro de 2019 de R\$138.135 (R\$429 em 31 de dezembro de 2018) é composto de valores a pagar de compras de materiais e serviços relativos à construção da linha de transmissão sob concessão da Companhia.

13 Dividendos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida do patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no exercício:

Passivo	Dividendos complemen- tares			31/12/2019
	31/12/2018	Reversão		
EDP - Energias do Brasil	183	15.205	(183)	15.205
Total dividendos passivo	183	15.205	(183)	15.205

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



14 Debêntures
14.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente Fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2019				
											Encargos		Principal		Total
											Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Instrução CVM nº 476/09	25.000	10	250.000	1ª emissão em 13/12/2018	29/01/2019 a 15/06/2020	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 18 do leilão 05/2016-ANEEL	CDI + 0,20% a.a.	Principal e juros em parcela única no vencimento	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	18.819		250.000		268.819
(-) Custos de emissão				(984)		29/01/2019 a 15/06/2020			Amortização mensal				(311)	(311)	
Pentágono S.A. Distribuido	Instrução CVM nº 476/09	800.000	1	800.000	2ª emissão em 15/07/2019	15/07/2019 a 15/07/2039	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 18 do leilão 05/2016-ANEEL	IPCA + 4,45% a.a.	Principal semestral a partir de julho/2022 e juros semestral	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil		13.896		802.185	816.081
(-) Custos de emissão				(56.278)		15/07/2019 a 15/07/2039			Amortização mensal					(54.546)	(54.546)
Total											18.819	13.896	249.689	747.639	1.030.043

As debêntures são demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. O valor total referente as garantias das debêntures mencionadas acima é de R\$1.084.900 em 31 de dezembro de 2019.

14.2 Movimentação das debêntures

	Valor líquido em 31/12/2017	Ingressos	Juros provisionados	Transferências	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2018
Circulante							
Principal	-	250.000					250.000
Juros	-		14.685	4.134			18.819
Custo de transação	-	(412)		(2.297)	2.398		(311)
	-	249.588	14.685	1.837	2.398	-	268.508
Não circulante							
Principal	-	800.000				2.185	802.185
Juros	-		15.579	(4.134)		2.451	13.896
Custo de transação	-	(56.843)		2.297			(54.546)
	-	743.157	15.579	(1.837)	-	4.636	761.535

14.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	
Circulante	
2020	268.508
	<u>268.508</u>
Não Circulante	
2022	1.618
2023	17.702
2024	44.063
2025	44.289
2026 até 2039	653.863
	<u>761.535</u>
Total	<u>1.030.043</u>

A emissão realizada pela Companhia não é conversível em ação e foi emitida de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, refere-se a oferta pública distribuída com esforços restritos.

As principais cláusulas prevendo a rescisão do contrato estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas no prospecto ou na escritura da emissão:

- Liquidação, dissolução, decretação de falência ou pedido de falência da Companhia ou da interveniente garantidora, exceto se em decorrência de uma operação societária;
 - Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, e autofalência da Companhia ou da interveniente garantidora, não contestado no prazo legal;
 - Vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Companhia e/ou da interveniente garantidora cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$ 75.000;
 - Inadimplemento pela Companhia e/ou pela interveniente garantidora cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$ 75.000; e
 - Manutenção de Dívida Líquida por EBITDA igual ou inferior a 3,5 vezes da EDP - Energias do Brasil, apurado anualmente em dezembro.
- Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas qualitativas e quantitativas previstas no contrato de debêntures.

15 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

15.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor contratado	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2019			31/12/2018		
							Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total
							Circulante	Circulante		Não circulante	Não circulante	
Moeda nacional												
EDP - Energias do Brasil S.A.	200.000	65.100	22/11/2018 a 21/11/2020	Contratos de Mútuo	100,3% CDI	Principal e Juros no final	2.400	65.122	67.522	5	5.822	5.827
							<u>2.400</u>	<u>65.122</u>	<u>67.522</u>	<u>5</u>	<u>5.822</u>	<u>5.827</u>

15.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor líquido em 31/12/2018	Ingressos	Juros provisionados	Transferência	Valor líquido em 31/12/2019
Circulante					
Empréstimos e financiamentos					
Principal	-			65.122	65.122
Juros	-		195	2.205	2.400
	-	-	195	67.327	67.522
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos					
Principal	5.822	59.300		(65.122)	-
Juros	5		2.200	(2.205)	-
	5.827	59.300	2.200	(67.327)	-

15.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	
Circulante	
2020	67.522
Total	<u>67.522</u>

Nota explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



16 Provisões e Depósitos vinculados

	Nota	Provisões		Depósitos vinculados	
		Passivo		Ativo	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Provisões cíveis	16.1		29.516		31.095
Licenças ambientais	16.2	18.549	3.234		
Total		18.549	32.750		31.095

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

16.1 Provisões cíveis

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

16.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Nota	Passivo					Ativo	
		Saldo em 31/12/2018	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2019	Depósito judicial
		31/12/2018					31/12/2019	31/12/2019
Cíveis	16.1.1.1	-	29.543	(150)	(911)	1.027	29.509	28.430
Outros		-	65		(58)		7	
Total Não circulante		-	29.608	(150)	(969)	1.027	29.516	28.430

16.1.1.1 Cíveis

Referem-se, em sua totalidade, a processos relativos à indenizações a título de desapropriações propostas pela Companhia para a construção da linha de transmissão.

16.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de natureza civil, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Ativo	
	31/12/2019	31/12/2019
Cíveis	66	781
Total	66	781

16.1.3 Risco de perda remota

Existem também processos de natureza cível, relacionados às desapropriações, cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações o saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2019 é de R\$1.884.

16.2 Licenças Ambientais

Os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido em contrapartida dos Ativos da concessão, pela melhor estimativa, e atualizado monetariamente com base no IGP-M. A Companhia realizou o Ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 8,50% a.a., sendo esta compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Segue abaixo a movimentação do saldo da provisão no exercício:

Licenças ambientais	Saldo em 31/12/2018		Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	AVP	Saldo em 31/12/2019
	Circulante	Ingressos					
Circulante	-	21.750	(2.363)	602	407	(1.847)	18.549
Não circulante	-	3.920		120	(407)	(399)	3.234
Total	-	25.670	(2.363)	722	-	(2.246)	21.783

17 Patrimônio líquido

17.1 Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2019 é de R\$33.001 (R\$15.001 em 31 de dezembro de 2018) totalmente subscrito e integralizado, representado por 33.001.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP - Energias do Brasil.

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE, realizada em 29 de abril de 2019, deliberou aumento de capital social no montante de R\$18.000, mediante a emissão de 18.000.000 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, integralizados totalmente pela acionista controladora EDP - Energias do Brasil, mediante a capitalização de créditos decorrentes de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC (Nota 9.1).

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

17.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;

(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos;

(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Lucro a ser destinado:			
Lucro líquido apurado no exercício		64.023	1.017
Lucros acumulados			(247)
Lucro líquido ajustado		64.023	770
Constituição da reserva legal - 5%	17.3	(3.201)	(38)
		<u>60.822</u>	<u>732</u>
Destinação do lucro:			
Dividendos complementares	13	15.205	183
Lucro do exercício a deliberar	17.3	45.617	549
		<u>60.822</u>	<u>732</u>
Dividendos por ação - R\$		1,38229	0,01220
Dividendos por lotes de mil ações - em reais		0,46074	0,04880

17.3 Reservas de lucros

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Reservas de lucros			
Legal	17.2	3.239	38
Retenção de lucros	17.3.1	732	
Lucro do exercício a deliberar	17.2 e 17.3.2	45.617	549
		<u>49.588</u>	<u>587</u>

17.3.1 Retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros foi constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Investimentos da Companhia devido a mesma estar em fase de construção, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

17.3.2 Lucro do exercício a deliberar

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório a ser deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e poderá ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

18 Receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas da Companhia representam a alocação da RAP determinada no contrato de concessão. São mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas no contrato com o cliente, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração apresentados a seguir:

• Receita de construção da Infraestrutura de construção

A receita de construção é reconhecida como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos (método de insumo). A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.

• Receita de Operação e Manutenção (O&M)

A receita de O&M é reconhecida mensalmente como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos no contrato de concessão, acrescidos de margem.

• Remuneração dos Ativos da concessão

O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47, a remuneração dos ativos da concessão é calculada com base na taxa média de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo do Ativos da Concessão.

	Nota	2019	2018
Receita de construção da Infraestrutura da Concessão		992.134	32.561
Remuneração dos Ativos da concessão		48.746	2.574
Receita operacional bruta	18.1 e 10	<u>1.040.880</u>	<u>35.135</u>
(-) Deduções à receita operacional			
PIS/COFINS diferidos		(96.282)	(3.250)
		<u>(96.282)</u>	<u>(3.250)</u>
Receita		<u>944.598</u>	<u>31.885</u>

18.1 Receita de construção da Infraestrutura da Concessão

Representa a evolução, em 2019, de 60,2% do investimento previsto no projeto (2,1% em 2018), acrescido de margem de construção e PIS/COFINS, alcançando 62,7% de investimento total previsto para a conclusão da obra.

19 Custo de construção da infraestrutura da concessão

	Nota	2019	2018
Terrenos		86.426	3.645
Edificações, obras civis e benfeitorias		105.342	
Máquinas e equipamentos		471.631	18.128
Móveis e utensílios		199	
Adiantamento a fornecedores		124.898	981
Gastos ambientais		24.149	1.294
Outros		31.517	4.753
	10	<u>844.162</u>	<u>28.801</u>

20 Despesas e Receitas operacionais

As Despesas e receitas operacionais são reconhecidas e mensuradas: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contemplam os gastos diretamente vinculados à prestação do serviço; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento das despesas e receitas operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

Nota	2019				2018			
	Custo da produção e do serviço	Despesas operacionais			Custo da produção e do serviço	Despesas operacionais		
		Prestado a terceiros	Administrativas	Outras		Total	Prestado a terceiros	Administrativas
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	20.1		1.024		1.024		1.372	1.372
Material			30		30		1	1
Serviços de terceiros	20.2		934		934		160	160
Depreciação - Ativos de direito de uso			32		32			-
Provisões cíveis				(904)	(904)			-
Arrendamentos e aluguéis			6		6		30	30
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens				2	2			-
Custo com construção da infraestrutura		844.162			844.162	28.801		28.801
Outras			966		966		12	12
		<u>844.162</u>	<u>2.992</u>	<u>(902)</u>	<u>846.252</u>	<u>28.801</u>	<u>1.575</u>	<u>30.376</u>
Total		<u>844.162</u>	<u>2.992</u>	<u>(902)</u>	<u>846.252</u>	<u>28.801</u>	<u>1.575</u>	<u>30.376</u>

20.1 Pessoal

	2019	2018
Pessoal		
Remuneração	369	304
Encargos	198	119
Previdência privada - Corrente	3	
Despesas rescisórias	14	130
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	192	139
Outros benefícios - Corrente	74	89
	<u>850</u>	<u>781</u>
Administradores		
Honorários e encargos	151	582
Benefícios dos administradores	23	9
	<u>174</u>	<u>591</u>
	<u>1.024</u>	<u>1.372</u>

20.2 Serviços de terceiros

	2019	2018
Serviços de consultoria	298	81
Serviços de limpeza e vigilância	23	
Serviços de informática	14	11
Serviços de publicação e publicidade	142	50
Serviços de transporte	23	11
Serviços Compartilhados	420	
Outros	14	7
	<u>934</u>	<u>160</u>

21 Resultado Financeiro

	Nota	2019	2018
Receitas financeiras			
Renda de aplicações financeiras	6	17.620	101
Depósitos judiciais e provisões cíveis		349	
(-) Juros capitalizados		(16.801)	(3)
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(911)	(22)
Outras receitas financeiras			23
		<u>257</u>	<u>99</u>
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	15.2	(2.395)	(5)
Debêntures	14.2	(37.298)	
(-) Juros capitalizados		38.937	5
Juros e multa sobre tributos	7	(2)	
Provisões cíveis	16.1.1	(1.027)	
Arrendamentos e aluguéis	11.2	(11)	
(-) Juros capitalizados		676	22
Outras despesas financeiras		(441)	(22)
		<u>(1.561)</u>	<u>-</u>
		<u>(1.304)</u>	<u>99</u>

22 Impostos de renda e Contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

	2019	2018
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	97.042	1.608
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	(32.994)	(547)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes	(25)	(106)
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores		62
Despesa de IRPJ e CSLL	(33.019)	(591)
Alíquota efetiva	34,03%	36,75%

23 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41.

	2019	2018
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	64.023	1.017
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	27.001	10.001
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	<u>2,37113</u>	<u>0,10169</u>

24 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

24.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

24.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Níveis	Valor Justo		Valor Contábil	
			31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Aplicações financeiras		Nível 2	411.397		411.397	
			411.397	-	411.397	-
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	6					
Bancos conta movimento		Nível 2	2.052	822	2.052	822
Outros créditos - Partes relacionadas	11	Nível 2	26		26	
			2.078	822	2.078	822
Total			413.475	822	413.475	822
Passivos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Custo amortizado						
Fornecedores	12	Nível 2	138.135	429	138.135	429
Debêntures	14	Nível 2	1.050.010		1.030.043	
Empréstimos e financiamentos	15					
Contratos de mútuo		Nível 2	67.522	5.827	67.522	5.827
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	11	Nível 2	122	23	122	23
Arrendamentos e aluguéis	11.2	Nível 2	48		48	
			1.255.837	6.279	1.235.870	6.279
Total			1.255.837	6.279	1.235.870	6.279

24.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

24.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

24.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado das debêntures diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

Nota explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



(i) Debêntures: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

24.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

24.2 Gestão de riscos

A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

Desde 2006 o Grupo EDP - Energias do Brasil desenvolveu processos para monitoramento e avaliação dos riscos corporativos. A partir de 2010, foram criados novos métodos e um novo dicionário de riscos, tendo sido o mesmo consolidado em 2011 como uma Norma de Risco Corporativo, e mantida atualizada desde então.

A gestão de riscos corporativos é baseada nos melhores modelos de governança tais como COSO ERM - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* e ISO 31.000. A gestão integrada de riscos atua como facilitadora no processo, auxiliando na identificação, classificação, avaliação e gerenciamento dos riscos e tem como objetivo assegurar que os diversos riscos inerentes a cada uma das áreas da empresa sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria da Companhia.

O Comitê de Risco é composto por 3 "Risk Officers" separados por natureza dos riscos (Estratégicos, Energético/Regulatório, Financeiros e Operacionais) e pela Diretoria Executiva.

A área de Gestão de Riscos realiza reportes periódicos para o Comitê de Auditoria para o acompanhamento das atividades, além disso, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, foram segregadas as funções de Compliance e Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo de Gestão do Riscos da EDP - Energias do Brasil, foi criada uma nova diretoria de Gestão de Riscos e Segurança.

24.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os Empréstimos, financiamentos e Debêntures captados pela Companhia, apresentados nas notas 14 e 15, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associado à CDI e IPCA.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

24.2.1.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
			Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	411.397	9.945	-	-	421.342	2.460	4.910	(2.470)	(4.951)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	411.397	9.945	-	-	421.342	2.460	4.910	(2.470)	(4.951)
Debêntures	CDI	268.819	(4.805)	-	-	264.014	(1.330)	(2.253)	1.136	2.278
Empréstimos e financiamentos - Mútuo	CDI	67.522	(2.468)	-	-	65.054	(615)	(1.229)	616	1.232
Instrumentos financeiros passivos	CDI	336.341	(7.273)	-	-	329.068	(1.945)	(3.482)	1.752	3.510
		747.738	2.672	-	-	750.410	515	1.428	(718)	(1.441)
Operação	Risco									
Debêntures	IPCA	816.081	(68.465)	(276.403)	(829.880)	(358.667)	(270.772)	(588.057)	231.605	430.182
Instrumentos financeiros passivos	IPCA	816.081	(68.465)	(276.403)	(829.880)	(358.667)	(270.772)	(588.057)	231.605	430.182
		1.563.819	(65.793)	(276.403)	(829.880)	391.743	(270.257)	(586.629)	230.887	428.741

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e IPCA estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI 4,1% e 6,4% a.a. e IPCA entre 0,6% e 7,5% a.a..

Nota explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



24.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre as debêntures e empréstimos captados pela Companhia são apresentados nas notas 14 e 15.

Quando necessário, a Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia estão demonstrados nas rubricas: (i) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6), sendo o Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e os Equivalentes de caixa correspondentes às aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; e (ii) Ativos da concessão (Nota 10) cujo o saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ou dos usuários da linha de transmissão a partir da entrada em operação da linha de transmissão.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2019, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2019					31/12/2018
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	51.607	86.528				138.135
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				122		122
Debêntures			268.508	107.672	653.863	1.030.043
Empréstimos e financiamentos			67.522			67.522
Arrendamentos e alugueis	4	12	27	5		48
	<u>51.611</u>	<u>86.540</u>	<u>336.057</u>	<u>107.799</u>	<u>653.863</u>	<u>1.235.870</u>
						<u>6.279</u>

24.2.2.1 Capital Circulante Líquido - CCL

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2019 foi negativo em R\$106.110 (R\$16, negativo em 31 de dezembro de 2018). A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, apresentando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo, tendo em vista, aportes de capital do acionista e novas captações de dívida, para que os investimentos na construção da infraestrutura da concessão evoluam conforme o previsto. O capital circulante líquido negativo decorre principalmente do estágio do projeto, que se encontra em fase de construção e por isso contém passivos de financiamentos de curto prazo e fornecedores.

24.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Ativos da concessão

A Companhia mantém Contratos de Prestação de Serviço de Transmissão – CPST junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, regulando a prestação de seus serviços vinculados aos usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária, que assegura os recebimentos e mitiga o risco de inadimplência.

• Caixa e Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia não possuía saldo aplicado, contudo, em 2019, segue demonstrado abaixo:

	31/12/2019
Classificação da instituição financeira	
AAA	362.877
AA	48.520
	<u>411.397</u>

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

24.2.4 Riscos regulatórios

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas por agências reguladoras (ANEEL, ARSESP etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, ONS etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

24.2.5 Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas. Contudo, a Companhia procura assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

24.2.6 Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura

A Companhia poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção e atrasos na execução da obra que poderão resultar em perdas na recuperação do Ativo da Concessão, custos não previstos e/ou penalidades.

Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato da Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega dos equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades, gerar penalidades regulatórias e ter efeito adverso relevante nos resultados da Companhia.

Nota explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos pela Companhia, esta poderá não ser capaz de adquirir tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação de serviços de transmissão de energia elétrica pela Companhia poderá ser afetada de forma relevante, e a Companhia poderá ser obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Visando mitigar este risco a Companhia adota, no momento da contratação dos fornecedores, uma série de garantias, tais como: adiantamentos, cumprimento de *performance*, garantia técnica, seguro de engenharia global e seguro de responsabilidade civil. Adicionalmente, a Companhia procura a diversificação dos seus fornecedores, sendo que o maior não represente mais do que 40% do investimento previsto, além de fazer avaliações internas de *compliance*.

24.2.7 Risco técnico

A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com as orientações técnicas impostas por normas nacionais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas instalações de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).

Para tanto, quando do início da construção, a Companhia contratará seguro de Risco de responsabilidade civil - Engenharia, visando cobrir qualquer erro decorrente do projeto ou da execução do mesmo.

24.2.8 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinar as dívidas existentes.

	31/12/2019	31/12/2018
Total dos empréstimos e debêntures	1.097.565	5.827
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(413.449)	(822)
Dívida líquida	684.116	5.005
Total do Patrimônio Líquido	82.589	15.588
Total do capital	766.705	20.593
Índice de alavancagem financeira - %	89,23%	24,30%

25 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

25.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

Nota	2019						
	Saldo em 31/12/2018	Efeito não caixa			Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2019
		Efeito caixa	Varição monetária e cambial				
Aumento (diminuição) de passivos financiamento							
Dividendos	183				15.022	15.205	
Debêntures	-	992.745	4.636		32.662	1.030.043	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15	5.827	59.300		2.395	67.522	
Arrendamentos e aluguéis	11.2	-	(30)	7	4	67	
Acionistas não controladores							
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	9.1	18.000			(18.000)	-	
Capital social	17.1	15.001			18.000	33.001	
Movimento relativo às atividades de financiamento	39.011	1.052.015	4.643	4	50.146	1.145.819	

Nota	2018			
	Saldo em 31/12/2017	Efeito caixa	Efeito não caixa	
			Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2018
Aumento (diminuição) de passivos financiamento				
Dividendos	-		183	183
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	-	5.822	5	5.827
Acionistas não controladores				
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	10.000	18.000	(10.000)	18.000
Capital social	1	5.000	10.000	15.001
Movimento relativo às atividades de financiamento	10.001	28.822	188	39.011

Nota explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**25.2 Transações não envolvendo caixa**

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2019	2018
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	15.205	183
Capitalização de juros de empréstimos e debêntures aos ativos da concessão	22.812	27
Capitalização nos Ativos da concessão relativa à contingências	29.543	
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado, intangível e ativos da c/c	24.146	
Aumento de capital com integralização de AFAC	18.000	10.000
Provisão de fornecedores dos ativos de concessão	106.405	
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	67	
Total	216.178	10.210

26 Compromissos contratuais e Garantias**26.1 Compromissos contratuais**

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os materiais e serviços incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços vinculados à construção da linha de transmissão.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) da Companhia.

	31/12/2019				31/12/2018	
	2020	2021 a 2022	2023 a 2024	A partir de 2025	Total geral	Total geral
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	626.826	2.707	503	1.511	631.547	1.017.619
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	112.722	123.434	105.613	392.832	734.601	-
	739.548	126.141	106.116	394.343	1.366.148	1.017.619

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2019, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2019				31/12/2018	
	2020	2021 a 2022	2023 a 2024	A partir de 2025	Total geral	Total geral
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	626.826	2.091	428	1.564	630.909	1.035.052
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	41.756	76.484	75.176	285.973	479.389	-
	668.582	78.575	75.604	287.537	1.110.298	1.035.052

26.2 Garantias**26.2.1 Seguro garantia**

O montante de seguro garantia em 31 de dezembro de 2019 de R\$98.795 (em 31 de dezembro de 2018 R\$91.795), tem por objetivo garantir a execução de obra da construção da linha de transmissão, sendo uma exigência quando da participação da Companhia no Leilão nº 05/2016 - ANEEL, e possui vigência de 26 de julho de 2017 a 08 de maio de 2023.

Os valores em garantia referente as Debêntures (Nota 14), estão demonstrados em sua respectiva nota.

27 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP – Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Responsabilidade civil	50.000	50.000		
Seguro de vida	3.907	(*)	2.273	(*)
Risco de engenharia	1.052.425	1.052.425		

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$ 1.452.

O seguro de Responsabilidade Civil - Engenharia possui como segurado a Companhia e os respectivos contratos e subcontratos que estão operando no sítio da obra.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia, com os limites conforme apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$17.190;
- (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$193.210; e
- (iv) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R\$4.110.

Nota explicativas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**28 Eventos subsequentes****28.1 Ofício-circular/CVM/SNC/SEP/nº 01/2020**

Em 05 de fevereiro de 2020, a CVM emitiu o Ofício-circular/CVM/SNC/SEP/nº 01/2020, para orientação quanto à aspectos relevantes a serem observados na elaboração das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Um dos temas incorporados foi relativo à adoção inicial dos CPCs 47 e 48 para os ativos das concessionárias de transmissão de energia elétrica. No mesmo, o órgão regulador menciona que em 2018 houveram informações inadequadas e incompreensíveis referentes à adoção inicial das referidas normas para a maior parte das empresas do setor, atentando para a necessidade de eventual melhor divulgação e abertura dos ajustes e racional normativo que sustentaram a implementação inicial. No entanto, a Administração da Companhia entende e atesta que as informações publicadas no exercício de 2018 já cumprem as informações requeridas, uma vez que foi evidenciado a natureza e valores de cada efeito da adoção das referidas normas, e consequente mudança de prática contábil, tanto para os saldos de balanço, quanto na divulgação de suas contrapartidas. Da mesma forma, conforme requisitado pelo mesmo Ofício, a Administração da Companhia também atesta que os efeitos registrados e divulgados estão totalmente apartados de ajustes de qualquer outra natureza, senão àquela efetivamente advindas da adoção inicial dos CPCs nº47 e nº48 da Companhia, e consequentemente alteração de prática contábil da mesma.

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas**

Presidente

Luiz Otavio Assis Henriques
Vice-presidente**Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire**
Conselheiro**Carlos Emanuel Baptista Andrade**
Conselheiro**Michel Nunes Itkes**
Conselheiro**DIRETORIA EXECUTIVA****Luiz Otavio Assis Henriques**
Diretor Presidente**Vitor Hugo Alexandrino da Silva**
Diretor Financeiro**Stella Maris Moreira Fuão**
Diretora Administrativa**Weberson Eduardo Guioto de Abreu**
Diretor Técnico**Eduardo Masson**
Diretor**CONTABILIDADE****Leandro Carron Rigamonte**
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos
(Corporativo)**Renan Silva Sobral**
Gestor de Contabilidade
Contador - CRC 1SP271964/O-6 "S" ES